



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DIRETA – PROCESSO Nº 0795/2025

1 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, alínea “a” da Lei nº 14.133/21)

DO OBJETO:

1.1 - O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresas especializadas para serviços de filmagem com transmissão ao vivo e cobertura fotográfica com confecção de álbum de fotos em atendimento à Sessão Solene da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu da entrega dos Títulos de Cidadania Casimirense e Honorário aos Homenageados dos Excelentíssimos Senhores Vereadores, **no dia 15 de setembro de 2025**, em virtude dos 166º Aniversário de Emancipação Político Administrativa do Município do Município, segundo as condições e especificações constantes neste Termo de Referência.

DETALHAMENTO DO OBJETO:

1.2 - O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum e enquadra-se nos pressupostos do Decreto Municipal nº 3.335/2023, de 28 de dezembro de 2023, pois se trata de prestação de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definida no Aviso de Dispensa por meio de especificações usuais no mercado.

1.3 – O objeto deste Termo de Referência é exclusivo para a participação das Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP e/ou equiparadas, nos termos do art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006.

1.4 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto e às descritas no Portal de Compras do Governo, prevalecerão às especificações constantes deste Termo de Referência.

1.5 - De acordo com a Lei 14.133/2021, serviços não contínuos são aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, portanto, enquadra-se como serviço **não contínuo**.

1.6 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 28 da Lei Municipal nº 2384/2023 e art. 86 do Decreto Municipal nº 3335/2023.

1.7 - Esta contratação está prevista no Plano de Contratações Anual para o ano de 2025.

DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES, PREÇO UNITÁRIO E TOTAL MÁXIMOS ESTIMADOS

1.8 – A estimativa das quantidades para cobrir a entrega de Títulos de Cidadania nos 166 anos do Município de Casimiro de Abreu foi obtida da demanda do Gabinete da Presidência e decorre de Estudo Técnico Preliminar.





CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
01	6050	<u>COBERTURA FOTOGRÁFICA COM CONFEÇÃO DE ÁLBUM DE FOTOS</u> PARA A REALIZAÇÃO DA SESSÃO SOLENE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU DA ENTREGA DOS TÍTULOS DE CIDADANIA CASIMIRENSE E HONORÁRIO AOS HOMENAGEADOS DOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES, <u>NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2025</u> , EM VIRTUDE DOS 166º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO	Serviço	01	R\$ 5.844,47	R\$ 5.844,47
02	3778	<u>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM COM TRANSMISSÃO AO VIVO EM FULL HD</u> PARA A REALIZAÇÃO DA SESSÃO SOLENE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU DA ENTREGA DOS TÍTULOS DE CIDADANIA CASIMIRENSE E HONORÁRIO AOS HOMENAGEADOS DOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES, <u>NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2025</u> , EM VIRTUDE DOS 166º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO	Serviço	01	R\$ 5.440,00	R\$ 5.440,00

1.9 - A descrição dos itens será mais bem especificada neste Termo de Referência, detalhando todos os requisitos necessários à execução satisfatória dos serviços e ao fornecimento adequado do material.

1.10 - O evento será realizado em **local fechado**, situado na sede do Município de Casimiro de Abreu (centro da cidade), com capacidade para 300 pessoas sentadas, a ser definido e comunicado pelo(a) servidor(a) formalmente designado(a) como fiscal do contrato, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos. A definição prévia visa assegurar o adequado planejamento logístico e operacional para a execução dos serviços contratados.

1.11 - A solenidade ocorrerá no período vespertino, com início previsto por volta das 14h30 e duração média de 05(cinco) horas.

DA PLANILHA DETALHADA CORRESPONDENTE AO ITEM 01:

1.12 - A planilha de serviços está detalhada nos termos da tabela abaixo, decorre de Estudo Técnico Preliminar e devem atender as seguintes especificações abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.





CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

1.13 – O Preço Unitário Proposto e o Preço Total Proposto da PLANILHA DETALHADA CORRESPONDENTE AO ITEM 01 deverão ser preenchidos no ANEXO II – Da Proposta de Preços sob pena de Desclassificação.

PLANILHA DETALHADA CORRESPONDENTE AO ITEM 01	UNID	QUANT
COBERTURA FOTOGRÁFICA PROFISSIONAL (MÍNIMO DE 750 FOTOS COM IMAGENS DIGITAIS DE ALTA RESOLUÇÃO).	SERVIÇO	01
CONFEÇÃO DE ÁLBUM FOTOGRÁFICO PERSONALIZADO ENTREGUE EM CAIXA RÍGIDA COMPATÍVEL COM O TAMANHO DO ÁLBUM.	UNIDADE	01

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “b” da Lei nº 14.133/21)

DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - A presente contratação está de acordo com o Estudo Técnico Preliminar que antecede à elaboração do presente Termo de Referência e instrui o presente processo, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2 - A contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação com base no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, na sua forma Eletrônica, com critério de julgamento por menor preço.

DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.3 - A presente contratação visa atender as demandas de serviços de cobertura audiovisual (filmagem) com transmissão pela internet, em tempo real e cobertura fotográfica com confecção de álbum de fotos da Sessão Solene da entrega dos Títulos de Cidadania Casimirenses e Honorário, que tradicionalmente são entregues pela Câmara Municipal no dia 15 de setembro de 2025, em razão do 166º Aniversário de Emancipação Política Administrativa do Município. A concessão desses títulos é uma atribuição exclusiva da Câmara, conforme estabelece a Lei Orgânica Municipal.

2.4 - Dessa forma, a cobertura fotográfica da Sessão Solene, seguida da elaboração de um álbum, garante a constituição de um registro histórico institucional, com valor para o acervo da Câmara, contribuindo para o fortalecimento da memória legislativa e o acesso público ao conteúdo visual do evento. Este acervo é vital para a documentação oficial e para consultas futuras, garantindo que os diversos públicos da sociedade tenham um melhor acesso às informações sobre os serviços e outras ações realizadas pelos agraciados no nosso Município.

2.5 - Ademais, através do art. 4º, inciso III da Resolução 002/2017, as fotografias e o álbum de fotos desta Sessão Solene passam a integrar o acervo do Memorial da Câmara de Casimiro de Abreu, a fim de preservar a sua memória institucional. Assim, a cobertura fotográfica e a confecção de um álbum com fotos criam um registro histórico de uma das atividades da Câmara Municipal.

2.6 - Além disso, a Câmara Municipal tem a responsabilidade de garantir a transparência e a acessibilidade das suas atividades legislativas para a população, proporcionando a visibilidade às ações da Instituição, bem como colaborando para a qualificação de sua imagem institucional. Sendo assim, a transmissão dessa solenidade é fundamental para que os diversos públicos da





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

sociedade tenham um melhor acesso às informações sobre os serviços e outras ações realizadas pelos agraciados no nosso Município.

2.7 - Contudo, embora a Câmara transmita suas Sessões Ordinárias por meio de celular, com link disponível em seu site e em suas redes sociais, atualmente não dispõe de equipamentos adequados nem de estrutura técnica para transmissões de longa duração em tempo real. Considerando que a solenidade de entrega dos títulos será realizada em um local maior que o Plenário e se estenderá por várias horas, existe o risco de comprometimento significativo da qualidade da transmissão. Diante disso, justifica-se a contratação de empresa especializada, a fim de assegurar a adequada cobertura do evento.

2.8 - A ausência desses equipamentos modernos e softwares por parte da Câmara inviabiliza a realização de registros audiovisuais com qualidade compatível com os padrões exigidos para a divulgação institucional a fim de suprir a demanda deste importante evento que faz parte da Programação Oficial do Aniversário do Município de Casimiro de Abreu.

2.9 - Portanto, devido à importância destes serviços e com o intuito de sempre melhor atender ao público, é necessária a contratação de empresas especializadas nos serviços mencionados acima, uma vez que a Câmara não possui câmeras fotográficas profissionais, filmadoras, equipamentos de captação de áudio, iluminação artificial adequada, softwares de edição de imagens e vídeos, computadores com configuração avançada para processamento de mídia, nem servidores de armazenamento de alto desempenho para garantir a segurança e integridade dos arquivos digitais, para realização dessas atividades.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c” da Lei nº 14.133/21)

3.1 - A presente contratação visa à prestação de serviços especializados para atender à Câmara na realização da Sessão Solene, agendada para o dia **15 de setembro de 2025**, destinada à entrega de **Títulos de Cidadania Casimirense e Honorária**.

3.2 - O evento, de natureza cerimonial e institucional, homenageará cidadãos que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento local.

3.3 - Com previsão de público de aproximadamente 300 pessoas, entre autoridades, homenageados, convidados e comunidade em geral, a solenidade exige cobertura audiovisual e fotográfica profissional, com ampla divulgação e registro histórico permanente.

3.4 - A solução contratada considera todas as etapas do ciclo de vida do objeto, conforme descrito a seguir:

3.4.1 - Planejamento e Preparação Prévia com o Fornecedor Contratado

3.4.1.1. - Realização de **REUNIÕES TÉCNICAS** entre o(s) Fornecedor(s) Contratado(s) e a equipe de Cerimonial da Câmara para alinhamento de roteiro, cronograma, pontos de filmagem e diretrizes para cobertura fotográfica.

3.4.1.2 - Visita ao **LOCAL DO EVENTO** (a ser definido no processo administrativo CMCA nº 0831/2025 – Dispensa Eletrônica nº 90009/2025 – item do objeto: “Contratação de 01 local no Centro da Sede do Município de Casimiro de Abreu/RJ”) para avaliação das condições físicas, técnicas e de infraestrutura (**iluminação, sonorização e conectividade para transmissão**), a fim de possibilitar o planejamento e a preparação prévia adequada para a execução dos serviços.

3.4.1.3 - Testes de equipamentos e sistemas para garantir a estabilidade e qualidade da transmissão ao vivo e a efetiva captação de imagens e áudio durante toda a cerimônia.





3.4.2 - Execução dos Serviços

3.4.2.1 - Empresa Contratada para Filmagem e Transmissão ao Vivo:

- a) Captação em tempo real de toda a Sessão Solene, com câmeras profissionais e operadores experientes.
- b) Transmissão ao vivo em plataformas digitais da Câmara (**YouTube, Facebook**), com resolução Full HD, estabilidade técnica e sonorização adequada.
- c) Captação de diferentes ângulos da cerimônia, priorizando momentos de abertura da solenidade, composição da Mesa, entrega dos títulos, discursos, atrações culturais e participação do público.
- d) Entrega da gravação integral da Sessão Solene em formato digital (.mp4 ou equivalente)

3.4.2.2 - Empresa Contratada para Cobertura Fotográfica e Confecção de Álbum:

- a) Cobertura fotográfica completa do evento, com registros da abertura da solenidade, composição da Mesa, entrega dos títulos, discursos, atrações culturais, homenageados, autoridades presentes, momentos protocolares e ambientação do local.
- b) Edição e tratamento das imagens, com posterior seleção pela Câmara das fotos para confecção do álbum fotográfico personalizado de alta qualidade.
- c) Entrega de imagens digitais tratadas em alta resolução

3.5 - Os registros em vídeo e foto serão utilizados para fins de divulgação nas redes sociais e canais oficiais da Câmara, bem como arquivados para fins históricos e institucionais.

3.6 - O álbum físico será integrado ao acervo da Câmara, compondo a memória oficial do evento.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea “d” da Lei nº 14.133/21)

4.1 - A participação é exclusiva a Microempreendedor Individual (MEI), Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2 - **Os serviços serão prestados na sede do Município de Casimiro de Abreu/RJ**, em um espaço fechado próprio para eventos, *ainda a ser contratado*, com duração média de 05 (cinco) horas.

4.3 - A Contratada deverá possuir equipamentos modernos e adequados para a realização de serviços de fotografia e filmagem, garantindo alta qualidade e eficiência na execução dos serviços.

4.4 - É importante que a Contratada ofereça serviço de manutenção dos equipamentos e suporte técnico durante a solenidade, garantindo o bom funcionamento de todos os sistemas e a resolução imediata de qualquer problema que possa surgir.

4.5 - É necessário que a Contratada tenha prévia experiência na prestação de serviços similares para eventos oficiais ou institucionais de grande porte, preferencialmente para órgãos públicos.

4.6 - A Contratada deve garantir a disponibilidade para a data da Sessão Solene (**15 de setembro de 2025 – SEGUNDA-FEIRA**), incluindo a montagem e desmontagem de todos os equipamentos necessários.





4.7 - É de responsabilidade da Contratada todos os custos, despesas diretos e indiretos incidentes sobre a contratação, tais como tributos, tarifas, taxas, emolumentos, lucro, materiais, serviços, seguros, fretes e demais despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, necessários à perfeita execução do objeto.

4.8 - Ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior mencionadas no art. 393 do Código Civil, a Contratada deve se responsabilizar e responder administrativa, civil e penalmente por todo e qualquer dano ou prejuízo ocasionado à Câmara ou ao Patrimônio desta, às dependências, instalações ou equipamentos da Câmara e/ou a terceiros, em razão de ação ou omissão da Contratada, de seus técnicos e empregados ou de quem em seu nome responder por quaisquer danos, pessoais ou materiais, ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho, desde que devidamente comprovados.

DA SUSTENTABILIDADE

4.9 - Além dos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e em conformidade com a IN 01/2010 SLTI, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

4.10 - A empresa Contratada deverá garantir, no que couber, armazenar, transportar e destinar resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto.

4.11 - Os serviços e/ou fornecimento prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Câmara;

4.12 - É dever da Contratada, observar entre outros: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos serviços.

DA SUBCONTRATAÇÃO

4.13 - Considerando tratar-se de contratação em que é usual haver no mercado a existência de empresas que executem de forma integral o objeto, com fulcro no art. 122 da Lei 14.133/2021, não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.14 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

- a) Não há complexidade e vultuosidade na presente contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;
- b) À onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.
- c) A exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo da contratação.

4.15 - O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).





DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.16 - A Contratada deverá apresentar 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente executou de forma satisfatória a prestação de serviços similares para eventos oficiais ou institucionais de grande porte, preferencialmente para órgãos governamentais.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ARTS. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021)

5.1 - A execução dos serviços contratados deverá seguir os critérios técnicos e administrativos estabelecidos neste Termo de Referência, com observância às normas de qualidade, pontualidade e respeito às diretrizes institucionais da CÂMARA.

5.2 - As empresas contratadas deverão atuar de forma coordenada e harmônica com a Equipe organizadora do evento, respeitando os cronogramas, protocolos e orientações fornecidas pela CÂMARA.

DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.3 - A Contratada compromete-se a prestar os serviços contratados com o mais alto padrão de qualidade e profissionalismo, conforme especificações acordadas entre as partes e em conformidade com as especificações técnicas descritas estabelecidas no presente termo de referência.

5.4 - A Contratada deverá comparecer ao local do evento com **antecedência mínima de 02 (duas) horas**, para montagem de equipamentos, testes e posicionamento de câmeras e iluminação.

5.5 - A coordenação entre as equipes de filmagem e fotografia é essencial, devendo ser evitada qualquer interferência ou obstrução mútua durante o evento.

5.6 - Toda a equipe técnica da Contratada deverá estar devidamente identificada no dia do evento.

5.7 - Toda a execução deverá estar em conformidade com as normas de segurança do trabalho, proteção de dados e respeito às orientações da Equipe de Cerimonial da Câmara.

5.8 - Em caso decorrente de falhas na execução contratada, quaisquer ajustes técnicos, correções ou complementações nos serviços deverão ser realizadas sem ônus adicional pela Contratada.

5.9 - O não cumprimento das condições estabelecidas poderá implicar em penalidades previstas no contrato e na legislação vigente.

5.10 - Os fatos supervenientes deverão ser informados com a antecedência máxima possível e deverão ser devidamente justificados pela Contratada por meio de documentos comprobatórios, ficando a mesma obrigada a apresentar em até 24h do comunicado, prazo para a correção dos problemas imprevisíveis ao seu planejamento.

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM

5.11 - Especificações mínimas:

a) Duração estimada: 5 (cinco) horas de cobertura contínua;





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

- b) Formato da transmissão:** Streaming de áudio e vídeo em tempo real (multiplataforma), com qualidade Full HD (resolução mínima de 1920 x 1080 pixels);
- c) Transmissão online:** A transmissão deverá ser disponibilizada pela internet, com geração de link incorporável pela Câmara em seu sítio eletrônico oficial e redes sociais institucionais (YouTube, Facebook ou similares);
- d) Entrega do material:** A Contratada deverá disponibilizar, em até 15 (quinze) dias após o evento, **em mídia digital de alta resolução**, contendo todos os registros da cobertura da Sessão Solene, sem ônus para a Câmara;
- e) Captação:** A Contratada deverá realizar captação audiovisual profissional de toda a Sessão Solene e ser realizada com equipamentos de áudio adequados à captação ambiental e de microfones e equipe técnica capacitada, com uso de mínimo de duas câmeras de alta definição (**FULL HD** ou superior), garantindo qualidade de imagem, áudio e estabilidade da transmissão durante todo o evento.

5.12 - A Contratada deverá providenciar a **transmissão ao vivo**, com estabilidade técnica, via plataformas digitais da Câmara (**YOUTUBE e FACEBOOK**).

5.13 - A Contratada deverá efetuar a transmissão audiovisual de todo o evento com qualidade, sem ruídos e que todas as operações sejam realizadas com segurança, tanto para sua equipe quanto para o público em geral.

5.14 - A qualidade e segurança de toda transmissão é de responsabilidade da Contratada, desta forma, ela não deve contar com os recursos técnicos do local onde o evento ocorrerá.

5.14.1 - A Contratada poderá utilizar a infraestrutura de internet disponibilizada pela Câmara no local do evento, desde que previamente autorizado e coordenado com o(a) fiscal do contrato. Caberá à Contratada realizar testes de conectividade com **antecedência mínima de 02 (duas) horas do evento**, a fim de verificar a viabilidade técnica da transmissão ao vivo por meio da rede fornecida.

5.15 - A Contratada deverá incluir na relação de equipamentos necessários, cabeamento, fios, extensões, plugs, adaptadores e demais itens inerentes à montagem para o pleno funcionamento da prestação do serviço;

5.16 - A filmagem deve cobrir todos os momentos da cerimônia, incluindo: abertura, falas das autoridades, apresentações artísticas, entrega dos títulos, encerramento, participação do público e registros de bastidores, se solicitado pela Equipe do Cerimonial da Câmara.

5.17 - A Contratada deverá **utilizar recursos de transição, assim como aplicação de textos e imagens às cenas captadas pelas câmeras.**

5.18 - A Contratada deverá entregar à Câmara, com qualidade mínima de Full HD, a gravação completa do evento, em **mídia digital**, preferencialmente em formato mp4 ou equivalente, sem ônus adicional, no prazo máximo de 15 dias úteis após a realização do evento.

5.19 - Todo o direito autoral do acervo integral das filmagens a ser realizada no dia do evento será de propriedade da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu.

DA COBERTURA FOTOGRÁFICA E CONFEÇÃO DE ÁLBUM PERSONALIZADO

COBERTURA FOTOGRÁFICA

5.20 - Especificações mínimas:

- a) Duração do evento:** Aproximadamente 5 (cinco) horas;





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

- b) **Abrangência**: Registro completo e contínuo dos acontecimentos e principais momentos da Sessão Solene, incluindo cerimônias, discursos, homenagens, interações e público presente;
- c) **Quantidade mínima de fotos**: 750 (setecentas e cinquenta) imagens digitais em alta resolução;
- d) **Entrega do material**: As fotos deverão ser entregues à Câmara Municipal, organizadas e salvas em **pendrive**, fornecido pela Contratada, sem qualquer custo adicional para a Câmara;
- e) **Qualidade das imagens**: As fotografias devem ser realizadas com equipamentos profissionais, com foco em nitidez, enquadramento, iluminação e composição, assegurando a qualidade institucional do material entregue.

5.21 - A Contratada deverá realizar a cobertura fotográfica integral da Sessão Solene, com fotógrafos profissionais capacitados, utilizando câmeras de altíssima resolução, com lentes adequadas a ambientes internos.

5.22 - A Contratada deverá produzir registros de todas as etapas da cerimônia, incluindo a abertura oficial do evento; a participação das autoridades; a entrega das homenagens, com fotos individuais e coletivas dos momentos de entrega das placas, priorizando a expressão de homenageados e autoridades no ato da entrega; os discursos, as atrações culturais e demais atividades programadas; as imagens que transmitam o caráter oficial e cerimonial do evento, com boa composição de fundo, a composição da Mesa, as bandeiras oficiais, a decoração, os títulos e cidadania, a plateia e demais elementos do evento.

5.23 - As imagens deverão ser tratadas digitalmente, respeitando padrões estéticos e técnicos de nitidez, brilho, contraste e correção de cor.

5.24 - A contratada deverá disponibilizar, um **acervo digital completo (750 fotos ou mais)**, em alta resolução, no prazo de até 15 (quinze) dias após a realização do evento, gravadas em um 01 (um) **pendrive**, contendo as fotos digitais com tratamento de correção, entre as quais deverão ser disponibilizadas fotos de cada vereador com os respectivos homenageados, de todos os vereadores e demais autoridades.

CONFECÇÃO DE ÁLBUM FOTOGRÁFICO PERSONALIZADO (modelo em Anexo)

5.25 - Especificações mínimas:

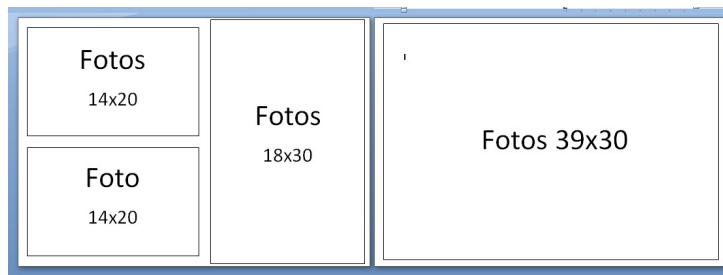
- a) **Formato** (dimensões do álbum fechado): 41 cm (largura) x 31 cm (altura);
- b) **Quantidade de páginas**: 40 (quarenta) páginas, distribuídas em 20 (vinte) lâminas frente e verso;
- c) **Gramatura das lâminas**: 640 g/m²;
- d) **Quantidade aproximada de fotos***: 60 (sessenta) imagens, distribuídas nos tamanhos de 14 x 20 cm, 18 x 30 cm e 39 x 30 cm;
- e) **Capa**: Dura, totalmente personalizada, contendo o Brasão Oficial da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu (em cores) e as seguintes inscrições: "SESSÃO SOLENE", "CASIMIRO DE ABREU" e "166 ANOS";
- f) **Acondicionamento**: O álbum deverá ser entregue em caixa rígida, revestida em *courvin*, compatível com o tamanho do álbum e com acabamento de qualidade.
- g) **O layout do Álbum e as fotos devem ser definidos pela Câmara.**

5.26 - O prazo da confecção de álbum de fotos que foram tiradas na Sessão Solene será de **até 30 dias corridos**, após a escolha do layout do álbum e das fotos que foram definidos pela Câmara, conforme a emissão do Termo de Autorização de Prestação de Serviços, nos padrões estabelecidos, sem quaisquer ônus para a Contratante, sujeitando-se às penalidades previstas em Lei.



5.26.1 - Quaisquer intercorrências relacionadas à entrega do álbum, deverá ser informada à Câmara com no mínimo 05 (cinco) dias úteis antecedentes a data programada para a entrega, devendo a contratada ficar expressamente obrigada a entrega-lo em no máximo 30 (trinta) dias a contar da realização do evento.

5.26.2- A quantidade de fotos para a confecção do álbum será de aproximadamente 18 fotos de 14x20cm, 11 fotos de 18x30cm e 27 fotos de 39x30cm a serem definidas pela Câmara, conforme layout abaixo, considerando o álbum aberto.



5.27 - A Contratada deverá manter comunicação ativa com o Fiscal do Contrato ou comunicação da Câmara para aprovação de layout, seleção de fotos e validação do produto antes da produção final do álbum.

5.28 - O álbum deverá ser entregue na sede da Câmara, situada na Praça Feliciano Sodré, nº 384 - Centro - Casimiro de Abreu/RJ - CEP 28.860-000 devidamente armazenado em embalagem lacrada e em perfeito estado, ficando sob responsabilidade total da Contratada, em caso de danos, a troca do álbum.

5.29 - As imagens serão de propriedade institucional da Câmara, podendo ser utilizadas para fins de divulgação, registro histórico e outras finalidades públicas.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

DO CONTRATO:

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.1 - O instrumento contratual será substituído pela nota de empenho ou instrumento equivalente emitido em favor da Prestadora dos Serviços.

6.2 - A Câmara fiscalizará a execução do serviço, em todas as suas fases, obrigando-se a Contratada a facilitar o trabalho de equipe encarregada pela fiscalização, prestando-lhe informações ou esclarecimentos que se fizerem necessários e ainda atendendo as suas solicitações e determinações desde que não sejam conflitantes com o estabelecido no contrato.

6.3 - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Câmara ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da Câmara ou de seus prepostos, devendo, ainda, a Contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Câmara dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.



6.4 - A Câmara se reserva o direito de recusar toda e qualquer execução de serviços que não atenda às especificações deste Termo de Referência ou do Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

6.4.1 - Em caso de manifestação de desistência da Contratada, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

6.4.2 - A eventual rescisão se dará nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21, não cabendo, à Contratada, direito a qualquer indenização.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.5 - A gestão do objeto a que se refere o presente Termo de Referência será executada sob a direção e responsabilidade do Sr. **THIAGO FABIANO JARDIM MAURINO**, servidor designado pela Câmara.

6.5.1 – A fiscalização será executada pelo Sr. **FELIPE PASCHOAL LINHARES**, servidor designado pela Câmara, que fiscalizará observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, anotando, inclusive, em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas como prevê o Artigo 117, da Lei nº 14.133/2021, entre outras providências:

- a) Sustar, no todo ou em parte, a Execução dos Serviços, sempre que a medida for considerada necessária;
- b) Recusar qualquer objeto que não atenda às especificações contidas no Contrato;
- c) Solicitar a imediata substituição dos serviços que não se apresentarem em boas condições ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

6.6 - Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência de parte da Contratada o fiscal do contrato deverá de imediato comunicar por escrito ao Gestor do Contrato, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei e no edital, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

6.7 - Serão atividades inerentes à Fiscalização do Contrato:

- a) Manter sob sua guarda o processo de contratação, durante toda a vigência do contrato, observando e controlando o prazo de sua vigência.
- b) Providenciar solução junto à Contratada de quaisquer ocorrências, irregularidades ou descumprimentos contratuais;
- c) Propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela Contratada;
- d) Apresentar, quando solicitado pelo Gestor, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução contratual;
- e) Manter controle adequado e efetivo do presente contrato sob sua gestão, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual;
- f) Propor medidas que melhorem à execução do contrato;
- g) Acompanhar e fiscalizar os serviços e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos mesmos e de tudo dar ciência à Contratada, para a fiel execução do objeto durante toda a vigência do Contrato;
- h) Sustar, recusar, mandar refazer quaisquer serviços, que estejam em desacordo com as constantes do Termo de Referência, determinando para a correção de possíveis falhas ou substituições do objeto em desconformidade com o solicitado;
- i) Receber, conferir e atestar a Nota Fiscal Eletrônica enviada pela Contratada;
- j) Encaminhar para autorização do Ordenador de Despesa e posterior liquidação e pagamento.





DAS ALTERAÇÕES

6.9 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

6.10 - A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

6.11 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria Jurídica da Câmara.

6.12 - Registros que não caracterizam alteração do Contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)

DO RECEBIMENTO

7.1 - Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, em até **05 (cinco) dias** úteis, contados da data do recebimento do Termo de Autorização de Prestação de Serviços, para averiguação das suas condições, juntamente com a nota fiscal, pelo servidor responsável, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 - O recebimento DEFINITIVO ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo.

7.2.1 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.3 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3.1 - O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Câmara durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.4 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.5 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação por escrito (via *WhatsApp* ou e-mail), às suas custas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, mantendo-se o preço inicialmente contratado, sujeitando-se a Contratada às penalidades previstas na legislação e neste Termo de Referência, se não ocorrer a substituição ou correção.





7.5.1. O prazo de troca pode ser prorrogado desde que não ultrapasse a 05 (cinco) dias úteis e que seja devidamente justificado.

DA FORMA DE PAGAMENTO

7.6 - O pagamento será efetuado em moeda corrente do País, pela Tesouraria da Câmara, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, da data final do período de adimplemento da obrigação.

7.6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito bancário ou transferência na conta corrente da Contratada, conforme informações apresentadas pela mesma.

7.6.2 - Será considerado adimplemento, a data em que o Fiscal do Contrato, der o RECEBIMENTO do material ou serviço especificado na respectiva Ordem de Início.

7.6.3 - Será solicitada a emissão de nota fiscal eletrônica, após a concretização dos serviços, que será entregue ao Fiscal do Contrato e posteriormente encaminhada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do RECEBIMENTO, a respectiva Nota Fiscal Eletrônica isenta de erros que deverá ser devidamente conferida e atestada por 02 (dois) servidores da CÂMARA, que não o ordenador da despesa, posteriormente encaminhada para pagamento, em até 15 (quinze) dias úteis, sendo processado em conformidade com a legislação vigente.

7.6.4 - A Contratada deverá apresentar requerimento de solicitação de pagamento, de acordo com o serviço evidenciado no Termo de Autorização de Prestação de Serviços.

7.6.5 - A Nota Fiscal Eletrônica – NF - e, emitida pela Contratada deverá conter no seu corpo o percentual e o valor do Imposto de Renda a ser retido, decorrentes da prestação de serviços ou fornecimento de bens contratados, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.

7.6.6 - As retenções mencionadas acima serão recolhidas no momento do pagamento da Nota Fiscal Eletrônica – NF - e, após ser atestada e liquidada, aos cofres municipais, nos termos da lei.

7.6.7 - O pagamento não será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.

7.6.8 - O Pagamento somente será efetuado mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Nota Fiscal Eletrônica – NF-e discriminando objeto licitado com as devidas especificações, quantidade, marca, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora, o seu preço total e o valor do IR a ser retido se for o caso;

II – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

III – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos em Dívida Ativa;

IV – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais;

V – Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

VI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

7.6.9 - O pagamento à Contratada será efetuado de acordo com o requisitado no Termo de Autorização de Prestação de Serviços, discriminando no requerimento, o(s) item(ns) licitado(s) com as devidas especificações, quantidades, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora e seu preço total, e posterior apresentação **Nota Fiscal Eletrônica – NF-e**, que deverá ser devidamente conferida e atestada por 02 (dois) servidores da Câmara, que não o ordenador





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

da despesa, posteriormente encaminhada para pagamento, em **até 15 (quinze) dias úteis**, sendo processado em conformidade com a legislação vigente.

7.6.10 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Câmara.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/21)

8.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na modalidade ELETRÔNICA, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que será exclusiva para ME/EPP/MEI.

8.2 - O critério de julgamento será o MENOR PREÇO.

8.2.1 – A adjudicação será por ITEM.

8.3 - Será considerada vencedora a proposta mais vantajosa, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

8.4 - Na proposta de preço devem estar incluídos todos os custos e despesas decorrentes da prestação do serviço.

9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'i', da Lei nº 14.133/21)

9.1 - A pesquisa de preços mercadológica foi realizada pela Diretoria de Suprimentos da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu/RJ, com vistas ao ajuste do preço, que irá constar neste Termo de Referência, para efeitos de classificação e contratação.

9.2 - Será considerada vencedora a proposta mais vantajosa, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e técnico, e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

9.3 - Na proposta de preço devem estar incluídos todos os custos e despesas decorrentes da prestação do serviço.

10 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/21)

10.1 - Os recursos necessários para realização das despesas com a eventual prestação de serviço correrão a conta da previsão orçamentária da Câmara para o exercício de 2025, a saber no Programa de Trabalho 01.031.0200.2.903.0000 e no Elemento de Despesa 3.3.90.39.99.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 - A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

11.1.1 - Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do Contrato.

11.1.1.1 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Câmara, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.1.2 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

11.1.3 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.1.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.1.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Câmara, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos.

11.1.6 - Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Câmara ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.7 - Manter a regularidade junto ao SICAF.

11.1.7.1 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas do domicílio ou sede da Contratada, na mesma forma exigida no Edital ou Aviso de Contratação Direta;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.1.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a Câmara e não poderá onerar o objeto do Contrato.

11.1.9 - Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

11.1.10 - Prestar esclarecimentos ou informações solicitadas pela Câmara ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.1.11 - Paralisar, por determinação da Câmara, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.12 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato.

11.1.13 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.1.14 - Submeter previamente, por escrito, a Câmara, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do serviço, de acordo com os documentos anexos a este instrumento.

11.1.15 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

11.1.16 - Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação.

11.1.17 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

11.1.18 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja suficiente para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.19 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Câmara.

11.1.20 - Executar o objeto da contratação, de acordo com este Termo de Referência e com as normas e especificações técnicas.

12 - OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

12.1 - São obrigações da Câmara:

12.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Contrato e seus anexos.

12.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico.

12.1.3 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas.





12.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada.

12.1.5 - Comunicar a Contratada para que emita Nota Fiscal Eletrônica – NF-e relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.6 - Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

12.1.7 - Aplicar a Contratada as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.

12.1.8 - Dar ciência à Procuradoria Jurídica para as providências com vistas à adoção de eventuais medidas judiciais, em caso de descumprimento de obrigações pela Contratada.

12.1.9 - Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.9.1 - A Câmara terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

12.1.10 - Responder aos eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro efetuados pela Contratada no prazo máximo de 15 (quinze dias) dias, admitida a prorrogação motivada, uma única vez, por igual período.

12.1.11 - A Câmara não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.1.12 - O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios da Contratada e a Câmara.

13 - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Constitui infração administrativa, a prática, pelo fornecedor, licitante ou contratado, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

13.1.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3 - dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

13.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

13.1.5.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.5.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;





CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

13.1.5.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.5.4 - deixar de apresentar amostra;

13.1.5.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

13.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.6.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

13.1.9 - fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.10.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.10.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.10.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.10.4 - apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

13.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

13.1.12 - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.2 - O fornecedor, licitante ou contratado que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1 - Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 13.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.2 - Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 13.1.1 a 13.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 13.1.1, incidente sobre o valor total do Contrato;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 13.1.2 a 13.1.7, incidente sobre o valor total do Contrato;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 13.1.8 a 13.1.12, incidente sobre o valor total do Contrato;





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

13.2.2.1 - Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 13.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

13.2.2.2 - Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

13.2.2.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor, licitante ou contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 13.13.

13.2.2.4 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

13.2.3 - Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 13.1.2 a 13.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

13.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.3 - Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o fornecedor, licitante ou contratado, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

13.4 - No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 10% do valor do Contrato.

13.4.1 A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

13.5 - Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

13.5.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.5.2 - as peculiaridades do caso concreto;

13.5.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 71 e 72 da Lei nº 5.427, de 1º de abril de 2009;

13.5.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.6 - A imposição das penalidades é de competência exclusiva da Câmara, sendo competente para aplicação das sanções previstas nos itens 13.2.1, 13.2.2, 13.2.3 e 13.2.4, o Ordenador de Despesa, na forma do art. 156, § 6º, II, da Lei nº 14.133/2021.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

13.7 - A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, licitante ou contratado, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei estadual nº 5.427/2009.

13.7.1 - A aplicação de sanção será antecedida de intimação do fornecedor, licitante ou contratado, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

13.7.2 - A defesa prévia do fornecedor, licitante ou contratado será exercida no prazo de:

a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 13.2.1 e 13.2.2, contado da data da intimação;

b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 13.2.3 e 13.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

13.7.3 - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

13.8 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma:

a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e

b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

13.8.1 - Aplica-se o disposto na alínea “a” do item 13.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

13.9 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.10 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.10.1 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.10.2 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.





13.11 - Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao fornecedor, licitante ou contratado, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto a Câmara.

13.11.1 - O Fornecedor, licitante ou Contratado deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto a Câmara e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

13.12 - A Câmara deverá remeter o extrato do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para a publicação no Diário Oficial do Município, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

13.12.1 - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Diretoria de Controle Interno da Câmara, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

14 – DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

14.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6 - É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7 - A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8 - A Câmara poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9 - A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Câmara, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

14.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15 – DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

O Termo de Referência foi elaborado pela Comissão de Planejamento, nomeada pela Portaria 055/2025, composta pelos seguintes servidores: Cláudia da Conceição Joaquim, mat. 001/PL; Gleice Rosa da Silva Mescolin, mat. 024/PL e Felipe Paschoal Linhares, mat. 643.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DO ÁLBUM PERSONALIZADO

(meramente ilustrativo)





CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU

RUA FELICIANO SODRE, Nº 384 - CENTRO - CNPJ: 30.407.084/0001-43

CASIMIRO DE ABREU/RJ - CEP 28.860-000

FONE: (22) 2778-1183



CÓDIGO DE ACESSO

B23A1904E8914E9C8A532BCC26707A76

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://cmcasimirodeabreu.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/B23A1904E8914E9C8A532BCC26707A76>